

CEDI P. 19
DATA 22/10/87
COD. B.C.D.37

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
DIVISÃO DO ENSINO DO INTERIOR
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

RELATÓRIO DO 1º ENCONTRO DE EDUCADORES
INDÍGENAS EM RORAIMA

(EXTRATO)

SUBSÍDIO FORNECIDO PELA
COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE RORAIMA

D A D O S G E R A I S

01

1º ENCONTRO DE EDUCADORES INDÍGENAS

PROMOÇÃO: Secretaria de Educação e Cultura com apoio
da FUNAI.

LOCAL: Palácio da Cultura

PERÍODO: 04 a 08 de agosto 1986.

DURAÇÃO: 40 horas

PARTICIPAÇÃO: Professores do Interior que atuam nas escolas
de malocas (em números de 100).

PALESTRANTE: - Jandira Dominoni
- Eliakin Rufino de Souza
- Zoraide Goulart dos Santos
- Neusa Martins Carson
- Nieta Lindemberg Monte
- José Caxinauá do Rio Envira
- Antonio Vicente
- João Santores de Melo
- João Massarico Raroso
- Vera Lúcia dos Santos.

REPRESENTANTES DE ENTIDADES

02

- Secretaria de Saúde
- ASTER Roraima
- FUNAI
- C.C.P.Y.
- Diocese de Roraima
- Fundação Educar
- MEVA (Missão Evangélica da Amazonia).

EQUIPE DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

- Waldemar Sartor - Chefe da D.E.I.
- Maria Luiza Reis - Coordenadora do Encontro
- Vera Lúcia Santos - Programadora Educacional da FUNAI
- Izaira Machado - Técnica do Núcleo de Educação Indígena
- Thais Diogo Passanani - Técnica do Núcleo de Educação Indígena

EQUIPE DE APOIO

- Olga Maria Félix Cidade (Supervisora)
- Odílio de Araujo Costa (Supervisor)
- Waldemarina Gomes da Silva (Supervisora)
- Solange Menezes Barreto (Supervisora)
- Rosileuda Lina Coelho (Supervisora)
- Laura F. Aguiar Passanaro (Supervisora)

Colaboraram na elaboração do Relatório:

- Idelma Quattrin Borges - Programadora Educacional da FUNAI
- Rose M. Praça S. Macêdo - Programadora Educacional da FUNAI

Datilógrafa - Delta Moraes Mangabeira

GOVERNO DE RORAIMA
ALIANÇA DEMOCRÁTICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I ENCONTRO DE EDUCADORES INDÍGENAS EM RORAIMA

OBJETIVOS:

- Iniciar oficialmente as atividades de promoção da educação para os indígenas, de acordo com as reivindicações feitas pelos próprios índios no dia "D" - Debate sobre Educação.

- Iniciar a reformulação da educação formal que vem sendo oferecida para os Indígenas de Roraima.

Dia 04

- 4:00 hs - Abertura
- Apresentação dos participantes do Encontro
- 9:30 hs - Situação atual da Escola Indígena
reflexões
discussões
propostas

Dia 05

- 8:00 hs - Apresentação em plenário das reflexões, discussões e propostas do momento anterior.
- 10:00 hs - Uma experiência em Educação Indígena em Roraima com índios Mayongong de Awaris.
Profª. Jandira Dominoni
- 14:00 hs - Conceitos básicos sobre Cultura
Diferenças Culturais
Situações inter-culturais
Importância do registro da Cultura Indígena
Profª. Eliakim Rufino de Souza
- 16:00 hs - Experiência inicial de Educação Bilíngue no Brasil.
Profª Zoraide Goulart dos Santos

Dia 06

- 8:00 hs - Língua, Cultura e Escolarização
Profª. Neusa M. Carson
- 10:00 hs - Uma experiência em Educação Indígena no Acre
Profª. Nieta Lindenberg Monte e monitor.

- ns - Uma experiência em Educação Indígena no Acre
Profª. Nieta Lindemberg Monte e monitor
 - ns - Língua e Cultura Macuxi
Profª Neusa M. Carson
 - ns - Saúde e Educação
Secretaria de Saúde
FUNAI
ASTER:
C C P Y
 - ns - Participação de outras Entidades no Processo Educa
tivo.
Diocese de Roraima
Fundação EDUCAR
MEVA
 - ns - Política Indigenista
Sr. Antonio Vicente - Adm. Reg. FUNAI
 - ns - O Índio e a Constituinte
Profª. João Santos de Melo
João Massarico Raposo (Índio - Acadêmico de Economia)
 - ns - Coleta de dados sobre os grupos participantes
Profª Neusa M. Carson
 - ns - O papel do Educador numa Comunidade Indígena
Profª. Vera Lúcia dos Santos
 - Novas propostas para Educação Indígena a partir '
de reflexões e discussões ocorridas durante
todo o encontro.
- Em Grupo
Plenário
Encerramento.

INTRODUÇÃO:

05

A Secretaria de Educação e Cultura, através da Divisão do Ensino do Interior - Núcleo de Educação Indígena - promoveu com o apoio e participação de Técnicos da FUNAI, no período de 04 a 08 de agosto do corrente ano, o I ENCONTRO DE EDUCADORES INDÍGENAS EM RORAIMA.

Esse encontro teve como objetivo iniciar oficialmente as atividades de promoção de uma educação para os indígenas, de acordo com as reivindicações feitas pelos próprios índios no dia "D" - DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO.

Para a realização desse evento, contamos com o total apoio da Professora Ana Maria Araújo de Castro Leite, que nos permitiu a idealização do mesmo, nos possibilitando a assessoria da educadora Zoraide Goulart dos Santos (FUNAI - AM) e também com o apoio do atual Secretário de Educação Dr. Haroldo Eurico Amorim dos Santos, que permitiu a concretização do mesmo.

OBJETIVOS:

- Iniciar oficialmente as atividades de promoção de uma educação para os indígenas, de acordo com as reivindicações feitas pelos próprios índios no dia "D" - DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO.

- Iniciar a reformulação da educação que vem sendo oferecida para os indígenas de Roraima.

DESENVOLVIMENTO:

07

Na abertura do Encontro compuseram a mesa, o senhor Secretário de Educação, Dr. Haroldo Eurico Amorim dos Santos, Professora Marilza Clemente Paiva dos Santos, Delegada do MEC, sr. Antonio Vicente, Administrador Regional da FUNAI em Boa Vista, Professora Andira Dominoni, representante da MEVA, professora Joana Edwiges Vinanova, Coordenadora Territorial da FUNDAÇÃO EDUCAR, professora Zoáide Goulart dos Santos, Programadora Educacional da FUNAI (AM), professora Maria da Glória Leal Santos, Diretora do Departamento de Ensino (SEC).

O senhor Secretário de Educação, abrindo a sessão, disse "ser a questão indígena multifacetada, resolvendo alguns aspectos e tendo outros sempre pendentes de debates e discussões.

E que para o Governo a questão indígena não é simples demarcação de terras, e sim uma questão de relacionamento entre seres humanos, que não deve levar a conflitos e sim a uma convivência saudável.

Existem pontos de vista divergentes sobre este assunto, mas são divergências que movem, que dão forças para continuar avançando.

Não podemos esquecer que nosso País se organizou economicamente sobre o regime da livre iniciativa, tendo, fatalmente, a educação indígena que passar por leis que se coadunem com a política de produção governamental.

É numa filosofia baseada no direito, na livre manifestação de idéias e vontades, que o Encontro deve ser conduzido, tendo estratégias, metas e objetivos definidos."

A professora Marilza Clemente, com a delicadeza e sensibilidade que são inerentes à sua personalidade, levantou questões que sintetizam toda a nossa preocupação, quanto ao rumo que deve tomar a educação de forma geral, dando ênfase à problemática da educação indígena. Muito forte foi o apelo pela causa indígena. Era preciso responder as questões de dimensões político-pedagógica, no sentido de mudar a educação roraimense.

A importância da educação indígena não tem sido re-
ratada de modo adequado em todos os níveis, talvez pela complexida-
e da questão e, talvez ainda, pela dificuldade de na prática, fazer
conviver nossa concepção teórica de educação e a função social da
escola da área indígena.

Esborçamos a todo momento nos nossos estereótipos,
preconceitos.

No entanto vemos mudanças: atualmente já entende-se o
SEC que as legítimas aspirações educacionais brotam com muito mais au-
tentidade dentro das comunidades que conhecem as suas limitações e
possibilidades. E neste Encontro vemos SEC, FUNAI, MEVA, DIOCESE, CCPY,
UNIVERSIDADE DO ACRE, FUNDAÇÃO EDUCAR, todos com a mesma preocupação:
educação indígena.

Outro aspecto positivo foi colocar a educação como
uma dimensão da cultura.

Voltando à complexidade da educação indígena, per-
guntamos: como definir os indicadores culturais capazes de conduzir à
definição de uma proposta pedagógica adequada às comunidades indíge-
nas? Como fazer com que esta proposta pedagógica não se empobreça a-
ceitando, por exemplo, que se reduza o conhecimento dessa cultura a
um simples registro mecânico, ao invés de usá-lo como um dos instru-
mentos de superação da sobrevivência, seja material, seja política, se-
ja artística ou religiosa? (-ANEXO Nº 01-)

Após as palavras estimulantes das duas autoridades e
educacionais, passamos a trabalhar com os professores índios, que aten-
deram ao convite para participarem do Encontro e também com os profes-
sores não-índios e com elementos de outras instituições, que interes-
sados na problemática, se fizeram presentes.

Divididos em quatro grupos, coordenados pelos profes-
sores Maria Luiza Reis, Olga Maria Felix Cidade, Zoraide Goulart dos
Santos, Odílio de Araújo Costa e Vera Lúcia dos Santos, os professo-
res após momentos de reflexão, responderam por escrito o questionário
elaborado para aquele momento, tendo sido, após, oralmente, exposta a
situação de cada escola onde trabalha o professor. (Anexo 02)

Posteriormente, o grupo redigiu a proposta inicial
de trabalho que gostaria de ver, ser desenvolvida para melhoria do en-
sino nas Malocas. (Anexo nº 3 e 6).

Dando continuidade à programação, tivemos a exposição do professor Eliakin Rufino, que dentro do conceito básico sobre cultura, evocou Malinowski e Lévi-Straus declarando:

- Ser humano é uma espécie animal que possuiu necessidades básicas.
- Metabolismo.
- Reprodução.
- Segurança contra danos corporais.
- Movimento, crescimento, saúde.

E para atender às necessidades básicas o homem cria a cultura. (Anexo nº 07).

Às 16 horas, ouvimos a explanação da professora Zoraide Goulart dos Santos, que nos relatou a primeira experiência oficial de educação bilíngüe no Brasil, cuja síntese é:

- A escola foi criada para atender somente aos índios.
- Os alunos eram de diferentes tribos.
- Havia seleção para ingresso.
- Quem não falava a língua materna era devolvido à comunidade.
- O aluno não podia beber em excesso.
- Os alunos saíam como monitores bilingües e alguns alunos da última turma eram formados também como monitores agrícolas.
- A última turma de monitores não foi contratada pela FUNAI (Anexo 8).

A professora Zoraide foi interpelada pelo índio Danião Pereira, que leciona na Maloca do Limão:

- "Professora, será que um dia alcançaremos a educação indígena?"

- A educação indígena é difícil, mas se a comunidade indígena quiser, lutar, conseguirá - foi a resposta.

Dia 06, no primeiro horário, a Linguísta Neusa Carson dissertou sobre o tema língua, cultura e escolarização. (Anexo nº 09).

Às 10 horas, um relato da experiência da Professora Jandira Dominoni, missionária da MEVA, atuando junto aos índios Mayomgong de Awatis. (Anexo nº 10).

Num breve relato, a professora nos levou ao seu trabalho

naquela longínqua parte do Território de Roraima, nos colocando também um outro momento de trabalho em Mato Grosso.

Em síntese, a palestrante nos apresentou:

- O índio mayongong gosta e se interessa para aprender; alguns foram para a Venezuela a fim de aprender a ler e escrever a língua materna e como os mayongong queriam aprender o português, ela foi para Awaris, sem saber uma palavra da língua do grupo.
- Tomé, um índio mayongong, resolveu alfabetizar os meninos, uma vez que as mulheres não tem direito à aprendizagem da leitura e da escrita.
- Por iniciarem a alfabetização na língua materna, nem existe reprovação, nem evasão.
- Para confecção da cartilha na língua mayongong a comunidade ajuda na procura das palavras
- Mostrou-nos a cartilha provisória que estão preparando, com ilustração do próprio aluno.
- O índio mayongong quer ser independente, quer ter o seu mecânico, professor, etc.

À tarde, a professora Nieta Lindemberg Monte, nos expôs o trabalho que o grupo do qual faz parte, realiza na área educacional junto aos índios daquele novo Estado. Com sua fala, a professora Nieta nos injetou mais uma dose de otimismo, de orientação para levarmos adiante a idéia propulsora do Encontro.

Eis alguns itens abordados pela professora em seu discurso, cujo texto integral é o anexo nº :

- A primeira marca deixada pelo contacto do índio acreano com o branco foi a morte física.
- A segunda marca foi a morte cultural.

Para resgate da cultura e retomada da terra há necessidade de uma escola diferenciada

- Levantamento da questão língua e artesanato deve ser realizado junto ao mais velhos.
- Demarcação de terra pura e simplesmente não adianta, precisam de ajuda, de apoio.

- O grupo do qual faz parte tem como trabalho o assessoramento à escola.
- Realização de cursos de 02 a 03 meses para os monitores, anualmente, e confecção de material com dados fornecidos pelos índios. Apesar do trabalho ter-se iniciado há 02 anos, ainda hoje trabalham para confecção do currículo que espelhe a visão do mundo pelo índio e com informação sobre a sociedade nacional. (Anexo nº 11).

A professora Nieta passou a palavra para o monitor José Caxinauá, que saudou seus parentes roraimenses e animou-os a prosseguir o caminho que estava se abrindo com o Encontro.

Relatou a experiência de aprender com o compromisso de ensinar seus parentes. Tendo em vista que eles, monitores, são alfabetizados já com o objetivo de ensinar. Falou da precariedade de suas escolas, mas da vontade que todos os alunos tem de aprender, além do trabalho dos monitores para confeccionar o material didático.

A palestra final daquele dia foi da professora Neusa Carson, que rememorando os anos em que aqui esteve junto aos índios macuxi da Maloca da Raposa, falou sobre língua e cultura macuxi, cujo texto integral encontra-se no anexo nº 12, deste relatório.

Dia 07 nas primeiras horas da manhã tivemos técnicos da FUNAI, Secretaria de Saúde, SUCAM e CCPY, discorrendo sobre saúde e educação.

Os tópicos abordados dizem respeito a:

- ▲ Vacinação e sua importância.
- Valorização da medicina indígena.
- Doenças mais comuns na infância.
- Necessidade de boa saúde para a aprendizagem.
- A importância de uma boa dentição.

A ASTER, como colaboradora das Malocas no incentivo à produção agrícola, também se fez presente nesse Encontro e no anexo nº 13, temos a palestra proferida pelo técnico Samuel Carlos de Santana. O índio Clóvis, Tuxaua da Maloca Taba Lascada, observou que as extensionistas da ASTER chegam à Maloca sem serem chamadas.

mas e querem fazer um trabalho junto às mulheres, para o qual elas não estão motivadas e por vezes completamente desassociado das atividades femininas normais, atrapalhando a rotina da comunidade e interferindo na sua cultura. O representante da ASTER respondeu que eles seguem determinações de Brasília para implantação de trabalhos e caso acontecer de técnicos da ASTER irem à Maloca, os moradores devem solicitar dele a orientação de que estão necessitando, não aceitando trabalhos alheios ao grupo.

Dando continuidade, tivemos a palavra de D. Aldo Mongiano, da qual anotamos:

- A Igreja Católica se preocupou com os aspectos espiritual, educacional e saúde.
- Em 1976, num encontro de índios na Missão São José - Surumu, os índios se declararam explorados, desintegrados e dependentes.
- Não tinham história.
- A Diocese ajudou algumas Malocas com um projeto de criação de gado que não agradou aos fazendeiros.
- Criou a primeira cantina na Maloca da Raposa.
- Abriu escola com todo o estilo do branco.
- Em 1982 para reparar, uma equipe de missionários planejou uma nova escola e o plano se perdeu nas gavetas da SEC.
- Atualmente a maneira deles não é como a de antes e nem é como a do branco.
- O que será dos povos índios daqui a 10 anos?
- A Igreja Católica não faz, tenta dar condições ao índio para ele fazer.
- Os índios devem se sentir povo, têm necessidade da terra e nós devemos dar condições para que eles sejam eles mesmos.

A professora Joana Edwiges relembrou o trabalho inicial do MOBRAI nas Malocas do Território e deu conhecimento da linha de ação e metas da Fundação Educar, da qual é Coordenadora neste Território.

A Missão Evangélica da Amazônia - MEVA - terceiro

palestrante do tópico Participação de outras instituições no processo educativo, prestou seu depoimento, do qual destacamos:

- O papel do professor é valorizar a cultura.
- A MEVA trabalha com 03 dialetos da língua Yanomami, com a língua Wai-Wai e com a Macuxi.
- Há necessidade de se desenvolver a educação bilíngue.
- Até hoje tiveram mais sucesso com os wai-wai, somente as crianças bem novas e os adultos mais velhos é que são analfabetos na língua materna.
- A MEVA alfabetiza com o objetivo de evangelização.
- Devemos ter cuidado também com a administração da medicina indígena, em certos casos, pois acontecem de ficarem na Maloca utilizando o remédio natural e na última hora trazarem o doente para a cidade, sem mais recurso.

Política indigenista foi o assunto ansiado pelos ouvintes interessados por tão controvertido tema, dissertação pelo administrador Regional da FUNAI.

O senhor Antonio Vicente leu o artigo preparado para a ocasião, que inicialmente nos deu a visão histórica da situação do índio, que para ser considerado como pessoa humana, necessitou de uma Bula Papal.

Discorrendo do geral para o particular, ou seja, do índio brasileiro para o índio de Roraima, foi o senhor Antonio Vicente chegando aos nossos problemas que se resumem em apenas um: Demarcação de terras.

Houve momentos que interpelado por um Tuxaua, o senhor Antonio Vicente, sensivelmente alterado, respondeu ao Tuxaua, explicando a nível de entendimento de qualquer ouvinte, a posição em que se encontra a administração regional e qual o limite da autoridade que ocupa a função de administrador. (Anexo nº 14).

O índio e a constituinte, outro assunto que suscitou bastante interesse, foi abordado pelo professor João Santoris de Melo, que explicou a vocação das Constituições elaboradas até es-

ta data. Lembrou da responsabilidade do voto na próxima eleição, na qual serão escolhidos os constituintes e dá uma definição de Constituição: "Justa e democrática, deve assegurar a valorização de todas as tradições culturais que vierem encontrar-se no território brasileiro e garantir condições apropriadas para a cooperação inteligente dos povos que detêm essas tradições, para o bem estar de todos os brasileiros." (Anexo nº 15).

O índio João Maçarico Raposo falou-nos de sua decepção por não ter se informado melhor, a fim de se engajar no movimento político e ter condições de ser candidato à constituinte.

O Tuxaua Terêncio Luiz Silva da Maloca Cumanã, falou aos professores, animando alguns, criticando aqueles que não estão se interessando pelo trabalho, como elemento importante que são neste processo de mudança que está acontecendo.

Falou-nos, também, das sugestões apresentadas pela UNI, à Comissão Afonso Arinos, que foram aceitas e constituíram parte do documento enviado ao Presidente Sarney.

As perguntas da platéia, a senhora Cláudia Anzujar, Coordenadora da Comissão para Criação do Parque Yanomami, tomando a palavra, esclareceu as dúvidas levantadas, como por exemplo se os índios do Território participaram da elaboração da proposta que foi enviada à Comissão Afonso Arinos.

Neste acalorado momento, o Tuxaua Terêncio apresentou o índio Davi Yanomami como candidato a Deputado Federal pelo PT.

Após o intervalo, a professora Vera Lúcia dos Santos discorreu sobre o papel do professor na comunidade indígena, abordando:

- Por que você é professor?
- Condições para ser professor.
- Importância do professor.
- O supervisor.
- Relacionamento professor x supervisor.

À tarde, dispostos os professores em grupos carac-

terizados por língua e localidade (Macuxi da serra, Macuxi do ¹⁵lavrado, Wapixana e professores não índios que trabalham em Malocas) foi elaborada uma nova proposta para adequação da escola à vida indígena, a partir das informações trocadas durante o Encontro.

A professora Neuza Carson deu o seguinte roteiro para orientação dos professores, quando estiverem coletando para - avras para a formação da cartilha:

1. O mundo físico em seus aspectos maiores:
mundo - terra - sol - poeira
2. O ser humano: sexo, idade, relações de família...
pessoa - homem - mulher - macho - fêmea...
3. Animais
4. Partes do corpo - funções e condições do corpo.
5. Comida e bebida.

Também esclareceu-lhes acerca do currículo que: O currículo inclui 04 áreas de conteúdo: comunicação, conceitos am bientais e relações, expressão criativa e desenvolvimento de con - ceitos abstratos. A comunicação envolve o entendimento e a pro - du - ção de duas línguas e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita; os conceitos e relações ambientais inclui o estudo dos ambientes sociais e físicos; a expressão criativa inclui tanto a arte quanto a música e o desenvolvimento do conceito abstrato in - clui conceitos matemáticos e abstrações como "mesmo" e "diferente" e o conhecimento dos nomes das letras.

O objetivo mais importante da educação é a lei - tura. A capacidade da criança em entender a relação entre o símbo - lo e som é fator essencial em seu sucesso na leitura.

As professoras Zoraide G. dos Santos e Nie ta L. Monte, também esclareceram alguns pontos do trabalho e animou- nos a perseguir o objetivo.

Finalizando o Encontro, os relatores dos gru - pos de trabalho expuseram em plenário as propostas finais, fruto da reflexão dos professores participantes:

1. GRUPO MACUXI DO LAVRADO: 1.

- Elaboração de um abecedário indígena.
- Elaboração de livros didáticos.
- Elaboração de numeração indígena (macuxi de 01 a 100).
- Seleção de professores bilíngües para elaborarem livros didáticos para os dois dialetos macuxi (lavrado e serra).
- Escrever hinos e canções.
- Saúde indígena (utilização da medicina natural).
- Escola de formação de professores indígenas (estudo do local, preferência numa aldeia, em área com maior número que falasse a língua).
- Conhecimento da história indígena - retrospectiva dos vultos históricos.

2. GRUPO MACUXI DO LAVRADO: 2.

- Treinamento para o uso da gramática macuxi.
- Assistência da SEC com cartolina, lápis de cor - para elaborar desenhos regionais.
- Alfabetização dos macuxis que não falam a língua materna, só falam português.
- Professores que trabalhem com a língua macuxi.
- Apoio com medicamentos básicos - cartilhas de saúde.
- Seja feita a escola para formar professores bilíngües.

3. GRUPO MACUXI DA SERRA:

- Os professores que sabem sua língua e a escrevem que já iniciem o trabalho com os alunos, após auxiliar os outros professores.
- Que os professores que não falam a língua materna sejam treinados, que lhes seja dado cursos para aprenderem.
- Que a Secretaria de Educação providencie professores para as escolas das Malocas que não o têm.
- Transporte para Malocas distantes.
- Elaboração de novo currículo de acordo com a necessidade.

4. GRUPO WAPIXANA:

17

- Ensino da língua Wapixana desde o segundo ano.
- Em comunicação e expressão: cartilhas com desenhos, histórias e lendas nas línguas portuguesa e wapixana.
- Que o objetivo da escolarização seja o aluno da 4ª série, ler e escrever em português e wapixana.
- Estudos sociais: delimitação, hidrografia, relevo, flora, fauna, história do seu povo, costumes, tradições, municípios do território, pontos cardeais, enfim, família indígena e brasileira, conhecimento do seu próprio ambiente imediato e depois do seu Território.
- Medicina do índio e do branco.
- Sol, astros, animais (úteis e nocivos).
- Treinamento para professores na Maloca, para professores que não falam a língua materna.
- Em ciências: higiene, alimentação, medicina indígena e dos brancos, doenças, animais domésticos e selvagens.
- Reconhecimento do mundo, sol, lua, estrelas, astros.
- Corpo humano.
- Como sugestão o grupo também apresentou a criação da escola bilíngüe e que os treinamentos para os professores sejam realizados na Maloca e o currículo contenha técnicas agrícolas.

5. GRUPO DE PROFESSORES NÃO ÍNDIOS:

- Que a língua indígena do Território seja prioridade da escola onde ela estiver localizada.
- Que os professores que não falam a língua indígena aprendam a mesma, para melhor ensinarem seus alunos.
- A língua falada seja a língua 1; a língua materna ou nacional seja a língua 2 e pode até haver uma língua 3 (inglês, etc).

Após a apresentação das propostas, foram chamadas as autoridades presentes para comporem a mesa, para o encerramento do Encontro.

Assim constituiu-se a mesa com o Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, Secretário de Educação e Cultura, Professora Marilza Clemente Paiva, Delegada do MEC, Professor Waldemar Sartor, Diretor da Divisão do Ensino do Interior, D. Aldo Mongiano, Bispo de Roraima, Professora Jandira Dominoni, representante da MEVA, professora Zoraide Goulart dos Santos e Nieta Lindemberg Monte, programadoras educacionais da FUNAI, professora Neusa Carson da Universidade de Santa Maria e o Tuxaua Terêncio Luiz Silva da maloca do Cumanã.

Palavras do Secretário de Educação por ocasião do encerramento:

- Esperamos uma proposta que venha efetivamente a ser operacionalizada, que haja uma implantação da prática instrumentalizada.
- As comunidades têm seus intelectuais orgânicos, cabeças pensantes fazendo propostas para que essas comunidades tracem seus caminhos tenham rumos para sua história, não feita só, pelos valores dos antepassados, mas feita por nós que somos autores desta história.
- O Governo continuará acreditando na liberdade como valor supremo, mesmo com culturas diferentes poderão caminhar juntos.
- A Função social da escola é da mais alta importância, por isso acreditamos na viabilidade destas propostas.

Com essas palavras o Secretário de Educação deu por encerrado o Encontro.

Sugestões para mudança do Currículo dos grupos Macuxi (lavrado e serra) e Wapixana. ¹⁹

- Elaboração de um abecedário indígena
- Elaboração de numeração indígena
- Elaboração de livros didáticos
- Criação do Centro de Professores indígenas, numa localidade onde há maior número de falantes.
- Que haja ensino da língua indígena para os professores que não sabem a língua do grupo que atuam, inclusive para os professores que não são índios e trabalham nas malocas.
- Que os professores que sabem falar e escrever a língua materna, possam iniciar o ensino na escola, mesmo sem metodologia oficial.
- Que se utilize o material existente sobre a história indígena.
- Que se pesquise homens de sua história, porque eles também possuem vultos históricos.
- Que seus hinos e canções sejam pesquisados, escritos e considerados na aprendizagem.
- Que as cartilhas sejam feitas considerando a sua realidade (desenhos, histórias e lendas), tanto na língua portuguesa como indígena.
- Que nas comunidades onde não falam a língua materna, o ensino da língua indígena inicie depois que a criança saiba ler e escrever corretamente na língua portuguesa.
- Que o aluno ao terminar a 4ª série saiba ler e escrever na língua portuguesa e também na língua materna

- Que em Estudos Sociais, o aluno conheça a estrutura da família indígena e da sociedade envolvente.
- Conheça seu ambiente imediato (a comunidade), depois o Município, o Território e o Brasil.
- Que se considere a sua tradição e costumes.
- Que aprendam a delimitação, hidrografia, relevo, fauna e história de seu povo.
- Que em ciências se estude higiene, alimentação, o corpo humano, medicina indígena e primeiros socorros da sociedade nacional.
- Que estudem as doenças mais comuns, os animais domésticos, selvagens, úteis e nocivos.
- Que estudem o Universo, o sol, a lua, estrelas e todos os astros.

ASPECTOS NEGATIVOS:

21

Os participantes do Núcleo de Educação Indígena, em número de dois por ocasião do Encontro (um estava em férias e outro chegou no andamento dos trabalhos), a falta de entrosamento entre participantes do Núcleo e Ensino do Interior, dificultou sobremaneira o resultado do evento, que poderia ter sido registrado através de fotografias, gravações e mesmo filmagens. Esta falha se evidenciou quando da elaboração do relatório final.

PRIORIDADES DA EQUIPE PARA ADAPTAÇÃO DO CURRÍCULO À REALIDADE - 1987.

- Iniciar o trabalho de adaptação da cartilha à realidade indígena (em português), considerando os elementos que sejam comuns, tanto para os Macuxis da serra, do lavrado e dos Wapixanas, para ser usada na alfabetização das crianças que não falam a língua materna. Para tal necessitamos de assessoramento de um especialista, já contactamos, inclusive, com a técnica que prestou assessoramento na adaptação da cartilha dos índios do Acre.
- Proporcionar condições a linguísticos para estudarem os idiomas Macuxi e Wapixana, com o objetivo de implantar o ensino bilíngue.
- Citamos Neusa Martins Carson, que possui estudo do dialeto do lavrado, devendo a mesma trabalhar com o dialeto da serra.
- Quanto a língua Wapixana, desconhecemos qualquer trabalho nesse sentido. Precisamos contactar com as Universidades que possuem cursos de linguística, em busca de interessados na questão.
- Observamos que já temos aprovado Projeto do Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiamento de recursos humanos nas áreas de linguística, antropologia e pedagogia.
- Para esses trabalhos se torna imprescindível treinamentos com os professores, para que os mesmos participem como autores desse processo.

C O N C L U S Ã O :

23

A o fazer a avaliação final deste 1º Encontro de Educadores Indígenas, nos da equipe de organização, nos sentimos realizados, embora reconhecendo nossas falhas e limitações.

Nos parece ter sido bastante positivo congregar pessoas e instituições que se preocupam com a problemática indígena, nos fazendo todos promovedores deste encontro, independente de qualquer ideologia ou credo.

A participação dos professores que atuam nas escolas das comunidades indígenas, proporcionando subsídios concretos de realidades vivenciadas, sem dúvida foi de considerável relevância, tendo em vista que a Secretaria de Educação precisa trabalhar em cima de propostas que saiam das bases. Neste Encontro, mais uma vez se firmou a necessidade de se considerar a cultura dos grupos indígenas.

A oportunidade de se conhecer algumas experiências de educação indígena a nível de Brasil, como a inicial da educação bilíngue, dos índios Kaingang, do Acre que vem repercutindo em todo País e também a de Jandira Dominoni com os nossos índios Mayongong, nos evidenciou que temos que traçar o nosso próprio caminho.

A oportunidade de contar no Encontro com a participação da linguista Neusa M. Carson, de nome internacional, a qual possui doutorado na língua Macixi, frizou ainda mais a importância de preservar os valores culturais de nossos índios.

Lógico que para isso acontecer, tivemos antes o apoio de Waldemar Sartor, nosso chefe imediato, de Maria Da Gloria Leal Santos, Diretora do Departamento de Ensino, da ex-Secretária de Educação, Ana Maria de Castro Leite e do atual Secretário Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, que atenciosamente participou do evento, evidenciando sua sensibilidade antropológica. Não esquecendo aqui, o Governo do Território, na pessoa do Dr. Getulio Cruz, que em última instância permitiu a concretização do evento.

PALAVRAS DA Prof^a. MARILZA CLEMENTE PAIVA DOS SANTOS.

Quando da divulgação do relatório - síntese do Dia D e mesmo em várias outras oportunidades em que se fazia alusão às denúncias e sugestões apresentadas pela sociedade brasileira reivindicando consciência nacional sobre a importância política da educação, ouvimos, reiteradas vezes, a preocupação dos dirigentes do Ministério da Educação traduzida na citação de um telefonema de uma professora primária, perdida numa cidade do interior da Paraíba: "E agora, o que vocês vão fazer com todas essas informações? Porque, se não acontecer nada, vai ser difícil mobilizar os educadores de novo". Cobrava-se do MEC uma resposta, sob a pena de perder a credibilidade.

E aqui em Roraima sei que os administradores da educação tiveram igual angústia. Muito forte foi o apelo pela causa indígena. Era preciso dar uma resposta às questões colocadas pelos educadores indígenas, questões estas revelando profunda dimensão político-pedagógica expressando um dos comportamentos mais sérios e mais comprometidos com o desafio de mudar a educação roraimense.

Este I Encontro de Educadores Indígenas de Roraima é, sem dúvida, ~~uma continuidade do debate~~ uma continuidade do debate nascido naquela ocasião; talvez não nascido, mas assumido publicamente criando um compromisso irreversível entre governo e sociedade.

Neste momento confesso que, enquanto me é extremamente gratificante posicionar-me como representante do Ministério da Educação sobre a importância deste ato, que entendo como eminentemente pedagógico, e que, por isso mesmo, esperamos todos, possa ser uma constante no cotidiano da Secretaria de Educação instruindo, orientando o político-administrativo. É bem verdade que o grande sonho de todo nós, educadores, é que as dimensões educativa-política e administrativa estejam perfeitamente sintonizadas, mas, como dizia, se por um lado estar aqui me distingue, por outro lado é extremamente difícil, considerando que a importância da educação indígena não tem sido retratada de modo adequado em todos os níveis, talvez pela complexidade da questão e talvez, ainda, pela dificuldade na prática, fazer conviver nossa con

cepção teórica de educação e a função social da escola da área indígena. É difícil entender o que significa na prática respeitar a cultura. É lembrarmos o Prof. Ivandro da Costa Sales nas riquíssimas oportunidades que tivemos de ouvi-lo. " cultura não é para ser venerada, canonizada. É para ser considerada, levada em conta!"

Estamos diante de uma aprendizagem complexa, pelas próprias contradições impostas pela sociedade: nosso discurso sobre a questão educacional indígena, muitas vezes, se deixa trair na própria coerência interna. Descorregamos a todo momento nos nosos estereótipos preconceitos e o próprio discurso às vezes se fundamenta numa colocação errônea da questão. Em suma, discurso e ação não convivem bem.

É preciso reconhecer que lentamente vem ocorrendo algumas mudanças. Pelo que sabemos, até a bem pouco tempo não era uma prática comum do Ministério da Educação e, a conseqüentemente, às Secretarias de Educação, pensar, planejar e decidir a educação, consultando, confrontando. Atualmente, já entende o Ministério que as legítimas aspirações educacionais brotam com muito mais autenticidade dentro das comunidades que conhecem as suas limitações e possibilidades. Em outras palavras, que pesquisam, que dialogam. É neste particular, o MEC vem conclamando as suas várias instituições, estendendo o apelo aos demais setores que detem conhecimentos a se empenharem na busca de soluções adequadas, locais, regionais, nacionais. E aqui está uma resposta concreta a este apelo: vemos com igual preocupação MEC, FUNAI, INPA, Diocese; CEPY; Universidade do Acre, Fundação Bancar.

Sabemos também que um avanço significativo se deu colocando a educação como uma das dimensões da cultura, devendo, portanto, por uma questão de coerência, rejeitar uniformidade, a imposição e redescobrir nos diversos contextos culturais as bases de sua política. Está cada vez mais claro e internalizado por nós que as propostas educacionais devem servir a homens reais, concretos e não a uma sociedade sem sujeitos.

Voltaria a insistir na complexidade da questão da educação indígena. Todos nós que nos preocupamos com o assunto, seja administrador, político, legislador, planejador, professor,

somos surpreendidos com uma série de indefinições que se relacionam tanto aos aspectos específicos de concepções teóricas, quanto à forma de atuação. Questões fundamentais estão pendentes, transformando-se em preocupações operacionais:

"Como definir os indicadores culturais capazes de conduzir à definição de uma proposta pedagógica adequada às comunidades indígenas?"

"Como fazer com que esta proposta pedagógica não se empobreça aceitando, por ex., que se reduza o conhecimento dessa cultura a um simples registro mecânico, ao invés de usá-lo como um dos instrumentos de superação da sobrevivência, seja material, seja político, seja artístico ou religioso."

Acredito que as dificuldades são idênticas em todos os níveis. Vivemos os mesmos impasses, as mesmas indefinições.

O IIEC ensaia algumas iniciativas, com ajuda da comunidade acadêmica, mas nada institucional.

O problema é nacional, mas a melhor solução, sem dúvida, a local.

Quero cumprimentar o Governo, através de sua Secretaria de Educação, pela iniciativa e manifestar minha satisfação pela participação do IIEC neste evento. Faço este destaque porque sei do empenho da administração central em reconhecer, valorizar, apoiar e prestigiar estas iniciativas que buscam conferir competência aos profissionais da educação.

Tenho certeza que ao final deste I Encontro de Educadores Indígenas de Moraima será mais fácil formular os difíceis problemas que estamos tentando superar; os conferencistas e especialistas convidados nos ajudarão a simplificá-los; a experiência de todos os educadores aqui presentes poderá nos ajudar a debater problemas vividos no cotidiano obrigando-nos ao diálogo, desarmando-nos de posicionamentos radicais, autoritários, exclusivistas. Ao final, sei que seremos ajudados a sistematizar reflexões que muito dos Srs. vêm procurando há anos, talvez de uma forma assistemática, mas não por isso inutilizada.

Sabemos que é um começo e que poderá tornar mais fáceis nossas próximas tentativas de discussão.

Felicito o Sr. Governador, o Sr. Secretário, a equipe coordenadora e em felicitando-os felicito todos que estão solidários com sua administração tentando conferir uma dimensão mais profunda às suas práticas.

LINGUAGEM, CULTURA E ESCOLARIZAÇÃO

Neusa M. Carson

UFSM

1. LÍNGUA E CULTURA

A Linguagem, que é pré-requisito da participação efetiva em qualquer sociedade, está em mudança contínua, sendo ela entretanto, um dos elementos mais persistentes da cultura de um povo. De certo modo, ela reflete as experiências vividas pelo grupo (Ribeiro, 252). Nas sociedades indígenas, de línguas minoritárias, o que segundo a definição de Chao trata-se de língua diferente da usada pela maioria nacional, especialmente da aquela dos que dirigem os negócios do país (Chao, 138), a integração e aculturação à sociedade nacional implica em diversificar também a sua língua materna (L_1). A modificação da língua ocorre para exprimir a nova situação de integração. Enquanto isso, sendo a língua minoritária nessa situação falada por indivíduos bilingües, entra em competição, por vezes, com outras línguas minoritárias ou com a língua nacional e pode ser até mesmo abandonada.

Segundo Darci Ribeiro (252) a comunicação com a sociedade nacional leva alguns indivíduos a se esforçarem para dominar o português (L_2). A intensificação dos contatos causa o aumento do número de bilingües. Através do convívio permanente, os adultos, especialmente homens, expressam-se em português. Já nos grupos integrados observa-se o avanço da língua nacional com a conseqüente perda da L_1 especialmente se a língua minoritária é falada em núcleos muito próximos, geograficamente, dos grupos civilizados.

Observa Chao (p 138) que ocorre um certo grau de tensão entre as gerações das línguas minoritárias, onde muitas vezes os avós são monolíngües, os pais falam a língua da maioria nacional com a comunidade envolvente, enquanto os jovens, somente entendem a língua minoritária, não a falam. Enquanto as gerações mais velhas lamentam a perda da língua e com ela o conhecimento e vivência cultural, os pais jovens buscam inte-

grar-se e adaptar-se à sociedade nacional. Estes podem até sentirem-se envergonhados do uso de sua língua minoritária em público, o que, em se tratando de um grupo muito pequeno de falantes, acelera o desaparecimento de tal língua. Porém, se a comunidade bilíngüe é numerosa, como é o caso dos Macuxi (Caribe) de Roraima, que somam aproximadamente 15.000 falantes, o bilinguismo é conservado em uma situação relativamente estável.

Entretanto, o entrelaçamento de língua e sociedade torna-se mais complexo, em comunidades bilíngües e biculturais.

É fato conhecido, que o bilinguismo em si não acarreta nenhum prejuízo social ou psicológico a nenhum indivíduo, apesar da crença de educadores em contrário (Chao, 138 e Slobin, 239).

Se a criança transfere para a segunda língua todo o seu conhecimento já adquirido na 1ª língua, não há nenhuma perda.

Os educadores, entretanto, temem que o bilinguismo traga prejuízos para o crescimento mental da criança, já que o mesmo impede o desenvolvimento de um sistema consistente de verbalização. Slobin (234) mostra que linguagem e o aprendizado de tarefas são independentes, já que as tarefas são ensinadas pela observação e não por instruções verbais em sociedades pré-literárias, como os Maias da Guatemala e sociedades tribais africanas. Enquanto os Maias foram observados aprendendo em fábricas de tecelagem, os africanos escolarizados e analfabetos classificaram com a mesma eficiência, diferentes utensílios domésticos.

A diferença entre os últimos foi o uso da linguagem no grupo escolarizado, explicando suas razões no agrupamento dos utensílios em classes, enquanto o grupo analfabeto acreditava ser intuitiva sua correta organização dos utensílios em classe.

2. ESCOLARIZAÇÃO

Dessa constatação, de que linguagem e pensamento são independentes passamos à análise do porque ensinar as comunidades indígenas a falar e escrever o Português e a escrever sua

própria língua.

A tarefa de ler e escrever é socialmente desejável porque o homem da cultura pré-literária pode melhor compreender o mundo material e social que o cerca.

A escolarização auxilia o indivíduo a fazer opções e a explicitar verbalmente a razão de sua escolha. Prepara-o para enfrentar inovações e a ver o mundo, não do ponto de vista simplístico, onde a ideologia é partilhada por todos, a mesma mitologia, a mesma representação do universo, mas para uma sociedade de muitas ideologias cuja diferenciação é a regra básica de uma sociedade complexa. Nessa sociedade de ideologias pluralísticas, os valores da sociedade, os princípios morais, os objetivos políticos são instáveis e muitas vezes conflitantes.

A escola, portanto, desempenha um papel primordial na transição de uma sociedade cuja ideologia é partilhada por todos para uma sociedade de ideologias múltiplas.

A escolarização faculta ao indivíduo distinguir o fazer e o dizer que faz (Slobin p 237). Possibilita ainda a utilização da linguagem fora do contexto real, o que é fator fundamental na acomodação às inovações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas. A escolaridade é também fator importante para a busca de soluções alternativas na transferência de habilidades utilizadas na cultura pré-literária para a cultura da sociedade dominante. Além disso, a escolarização facilita a capacidade de classificar e verificar que para cada problema existem soluções alternativas dadas pela busca de um princípio que crie uma resposta dentre várias possíveis (Slobin, 235).

2.1. ESCOLARIZAÇÃO NA LÍNGUA MATERNA

Porque é importante ensinar as crianças indígenas em sua língua materna no primeiro momento de escolarização?

Em um primeiro momento de contato com a escola

a criança deve ser motivada para os estudos. Deixa sua liberdade da mobilidade física, a segurança de estar com seus parentes em casa, de falar e entender o que lhes é dito, para penetrar em um mundo desconhecido. Nesse novo ambiente, defronta-se com novos materiais como papel, lápis, giz, quadro negro, bancos, cadeiras e/ou carteiras, tópicos da sala de aula. É possível que a maioria dos alunos seja seu parente e que entre esses inclua-se o professor. Mas é possível também, que o professor seja falante monolíngüe de Português, a língua nacional (L_2). Então acrescenta-se ao choque, o desconhecimento do que está se tratando em sala de aula, já que a criança indígena das comunidades Macuxi de Roraima é ainda, em sua maioria, monolíngüe aos sete anos, idade legal para o início da escolaridade.

É papel da escola nessa fase, desencadear a motivação por uma atividade de aprendizagem, o que se torna difícil se for feito em uma língua e cultura totalmente distintas da do aluno.

Apesar do bilingüismo ser um fato social, para que não haja descontinuidade no desenvolvimento de um sistema consistente de verbalização é desejável que a 1ª etapa da escolarização seja na língua nativa.

É parte da tarefa de escolarização (slobin, 236) o ensinar a transferir habilidades. Assim, se a criança tem em sua cultura, hábitos de caça, pesca e coleta, ela deverá elaborar sobre estes em sala de aula; seu cálculo matemático se fará sobre animais, plantas e acidentes geográficos familiares, para si e sua família, sempre transferindo do contexto real para o simbólico tudo que lhe interessa em seu ambiente imediato. Assim, a finalidade da escolarização é, ultimamente, levar o escolar ao melhor uso cognitivo da linguagem. Na transição de uma língua para outra, não havendo quebra da continuidade

da 1ª língua há simplesmente a transferência dos conhecimentos adquiridos na L₁ para a L₂. Essa transferência pode iniciar desde cedo pois a facilidade de aprendizado é tanto maior quanto mais tenra a idade do aprendiz.

2.2. ENSINO DO PORTUGUÊS

Do ponto de vista lingüístico, é interessante que se aprenda mais de uma língua em idade precoce porque o aprendizado se dá quase que inconscientemente. Além disso, se o indígena quizer interagir com a sociedade envolvente para usufruir de suas oportunidades, é útil que ele conheça a língua e por meio dessa a cultura.

De fato, ao lado de reconhecerem a necessidade de escolarização em sua própria língua, buscando preservar seu patrimônio cultural, representantes de 40.000 indígenas do Território Federal de Roraima estiveram reunidos (ver Porantim Jan/Fev / 1986, p 5) e observaram que não desejam estar à margem da comunidade nacional envolvente. Querem produzir e comercializar produtos (fatores econômicos), bem como querem ter deputados que falem sua língua (fatores políticos) e querem o respeito, o resgate de sua dignidade (fatores sociais) e têm consciência de que isso pode ser alcançado mesmo utilizando sua língua materna e aprendendo o português como língua estrangeira. Nessa reunião, onde estiveram presentes 250 líderes Macuxi e Wapixana, foi colocado que não se pode desprezar "a escola de português". Ou seja, eles têm consciência de que para formar especialistas como advogados, economistas, professores, etc., eles necessitam das escolas dos brancos. Mas a escolarização deve iniciar em sua própria língua.

Os indígenas têm consciência de que a escola como se apresenta neste momento, não desempenha o papel que seria desejável. Os debates evidenciaram que a escola como está "não preserva a tradição, os costumes, os valores culturais e sua

língua materna (Porantim, p. 5). Até mesmo a merenda escolar foi criticada por ser totalmente distinta de seus hábitos alimentares. Como está, constataram os líderes, a escola acaba sendo fator de desagregação, por afastá-los de suas raízes e torná-los envergonhados de sua etnia.

3. CONFRONTO DE CULTURAS

É evidente que o indígena demonstra ter poder de crítica sobre a situação de aculturação a que está sendo submetido. A Aculturação, definida como identificação com uma cultura que não a sua (Dinello: 1977, 11) deve ter um propósito. Os indígenas Macuxi têm consciência de que, para sua sobrevivência, é necessário a convivência com a cultura majoritária, pois é dela que emana o poder econômico, político e social, como vimos acima pelos quais eles estão lutando.

Porém ainda não visualizaram como sair vencedores, ou seja, reingressarem em sua cultura após o choque cultural com que se defrontam, ao aprenderem a língua da sociedade envolvente.

Eles têm consciência de que desse confronto, poderão surgir conflitos. Conflito, segundo Mendras (p. 101) surge de exigências contraditórias entre as várias posições de um indivíduo na sociedade. Essa ausência de congruências pode levar o indivíduo a atitudes psicológicas de insegurança ou à sensação de culpa, o que pode ser compensado com um conformismo exagerado ou ao contrário, caracterizar esse indivíduo por uma rebeldia dependendo do tipo de sociedade envolvente. Como consequência do conflito, o indivíduo, ou grupo minoritário pode sentir-se marginalizado se os objetivos propostos pela sociedade, cuja cultura deveria ser assimilada, são inacessíveis ou inúteis aos que estão no processo de aculturação.

Os valores essenciais da sociedade brasileira podem até ser claros mas no momento não temos claros os meios para apli-

car esses valores na sociedade indígena. E isto certamente é um dos centros geradores de conflito, que tanto pode levar à evasão, ou escapismo ou então à rebelião tentativa de impor novos valores para transformar a sociedade (Mendras, 118) por parte dos grupos minoritários.

O indígena, após o confronto cultural, deve receber os subsídios para sua reestruturação. Ou seja, após ser afastado de suas raízes; ao retornar a elas deve passar um tempo reinserindo-se em sua cultura de base. Também saber que ele é um indivíduo com novos instrumentos para agir em favor de seu próprio meio. Na reestruturação ele pode estar seguro de que suas tendências inatas, seu desenvolvimento cognitivo não foi alterado pela aculturação, já que a língua não é fonte de desenvolvimento mental (Slobin, 239). As mudanças lingüísticas, ou seja, a aquisição da L_2 está quase sempre ligada ao desejo de ascensão econômica e social. As oportunidades de troca com a sociedade nacional, naturalmente aumentam se o indígena falar a língua da maioria. E se ele falar bem essa língua, ele poderá se beneficiar social, política e economicamente, desempenhando um papel mais decisivo sobre seu próprio destino.

Portanto, ao índio Roraimense, devem ser dadas opções de aprender a língua brasileira como L_2 . O ensino em sua língua materna é fator preponderante nas séries iniciais para que haja uma síntese benéfica final, resultante de um confronto planejado de duas culturas. Se assim não for, o encontro de ambas as culturas pode gerar conflitos irresolvidos e levar os indígenas à marginalização. A sociedade envolvente tem se preocupado pouco com a perda de identidade cultural dos grupos indígenas, por estar solidamente estabelecida como dominante. Espera-se que aos poucos tal situação seja corrigida, especialmente se o assunto for tratado a nível constitucional, como se espera.

4. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

Em conclusão, uma proposta de escolarização bilíngüe aos grupos Macuxi em Roraima deve deter-se nos fatores gerais e universais do processo educativo, nos fatores específicos e particulares de educação escolar e nos fatores próprios do meio ambiente sócio-cultural regional (Dinello, 1985 p. 1-5).

Uma integração das atividades de construção de conhecimento deve ser feita com desdobramentos que atendam às peculiaridades sociais e culturais desses grupos. Nessa proposta, deveriam integrar-se artesanato, história étnica, movimento, narrativa, conforme sugere Dinello, construindo, produzindo o conhecimento, ao invés de simplesmente reproduzi-lo. Desdobrando os esforços de escolarização em atividades integradas que aproveitem as lições de sua rica cultura, descobrindo como sua cultura trata as artes musicais, artes plásticas, artes cênicas, artes motoras, artes narrativas.

Esse modelo de construção de conhecimento é tanto mais atraente porquanto busca "construir conhecimento em torno da realidade da criança e nas formas de relacionar-se com os educadores, pesquisadores". E reforça "não se vai com uma didática a implantar, mas com uma abertura de espírito para descobrir uma pedagogia baseada na expressão lúdica e criativa do sujeito que cresce em comunicação com os outros" (Dinello, *ibid.*, p. 5).

Essa é a grande síntese que o educador deve almejar aos alunos bilíngües. Com isso a expressão, a comunicação e a criatividade podem combinar-se para gerar conhecimentos e levar o homem lúdico a eliminar conflitos e construir uma personalidade sadia e equilibrada.

B I B L I O G R A F I A

- GRAM, J. Linguagem e Sociedade. Rio de Janeiro. Ed. Bloch, 1986
- CASSIRER, Ernest. Language and Myth. New York. Dover Publica-
tions Inc. 1946.
- CHAO, Yuen Ren. Línguas e Sistemas Simbólicos. São Paulo. Compa
nhia Editora Nacional, 1977.
- DINELLO, Raimundo. La Formation en Situation de Transcultura-
tion. Bruxelas. A. de Boeck, Maison d'Edition S/A. 1977.
- DINELLO, Raimundo. Sócio-Pedagogia para a Educação Pré-Escolar".
Manuscrito, 1986.
- MARCELLESI, J. B. e B. Gardin. Introduction à la Sociolinguísti
que. Paris. Librairie Larousse, 1974
- MENDRAS, Henri. Princípios de Sociologia. Rio. Zahar, Ed. 1975,
- PORANTIM. "Assembléia em Roraima". Janeiro/Fevereiro 1986, P 5.
- RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização. Petrópolis. Ed. Vozes
1982.
- SLOBIN, D. I. Psicolinguística. São Paulo. Companhia Editora Na
cional. Editorada Universidade de São Paulo, 1980.

Quando fui trabalhar com os índios Kaivá (família Tupi), no Mato Grosso do Sul, a Missão Evangélica Caiuá havia adotado o sistema de educação bilíngue.

O material didático era bom e foi com muito entusiasmo que iniciei minha primeira experiência com este tipo de aprendizagem. Os resultados foram além do que eu poderia ter esperado. É fato comprovado que o indiozinho não consegue acompanhar o programa que as escolas oferecem e as reprovações se sucedem, desanimando a criança e a própria comunidade.

Pude observar que realmente a criança é muito mais motivada à aprendizagem se partir do que ela conhece para o que desconhece. O ensino em português só foi introduzido após o domínio da língua materna.

Ao chegar no Território Federal de Roraima, escolhi trabalhar com o Dhe'cwana, também conhecido por Maiongong- família Karibe, em Auaris, norte do Território, na divisa com a Venezuela.

Encontrei um grupo de 08 meninos, na faixa de 10 a 14 anos já alfabetizados, podendo ler e escrever na sua própria língua. A reversão para o português foi rápida e em 1 ano tinham concluído a 1ª e 2ª séries, o que me deu grande alegria.

Pensando ganhar tempo resolvi incluir um dos meninos na aula de português antes de estar alfabetizado em Dhe'cwana.

O resultado foi desanimador e ele não conseguiu acompanhar os demais. Reiniciamos o processo de alfabetização na língua materna e agora ele vai bem e cursa a 2ª série. Com Rui, um rapaz de 14 anos, no ano passado, aconteceu a mesma coisa: desanimado e sem interesse aprendendo em português e bom aproveitamento quando passamos para a língua nativa.

Início a aprendizagem em Dhe'cwana, com português oral, paralelo. Os primeiros contactos com Estudos Sociais, Ciências e conceitos matemáticos são feitos na língua materna. Só de-

59
pois de alfabetizado em sua própria língua é que tem início a aprendizagem em português, que acho importante devido aos contactos com a sociedade envolvente.

Novamente posso comprovar a ausência de reprovação, que é tão comum nos grupos indígenas.

Estou convencida de que a educação bilíngue é fundamental para uma boa aprendizagem. Deixo minha palavra de incentivo para que os professores deste seminário fiquem firmes na sua reivindicação de iniciar uma educação bilíngue nas escolas indígenas, pois a língua escrita preserva a cultura de um povo. O ideal é justo e válido e pode ser uma realidade, bastando querer realmente e lutar por isso.

Há um pensamento gostoso nas Escrituras: "A seu tempo colheremos se não desfalecemos". Se cada um preservar neste propósito teremos uma educação bilíngue implantada e a cultura indígena valorizada.

Preservação da Língua e Cultura
entre os Macuxi (Caribe)

Heusa M. Carlson
UFSM

Língua e Cultura

A pesquisa desenvolvida na área lingüística teve como objetivo primário reunir dados sobre uma língua pouco estudada---Macuxi--falada no Território Federal de Roraima.

Como conseqüência do contato com o grupo foram anotados também aspectos culturais do grupo, alguns dos quais são aqui relatados.

A língua macuxi pertence à família de línguas Caribe e é o segundo grupo mais numeroso do Brasil (tucuna tem o maior grupo de falantes) com aproximadamente 15.000 falantes.

O objetivo do estudo e registro da língua foi o de permitir futuras gerações deste grupo conhecerem estágios diferentes de a língua, e também o registro puramente científico da mesma.

O estudo lingüístico com o qual tenho estado envolvida (desde 77) até hoje, foi dividido em Fonologia (sons) cujo sistema inclui consoantes simples e seis geminadas, seis vogais curtas e seis longas e um acento tonal alto e um baixo sobre sílabas e palavras individuais. Também foi descrita a entonação. O estudo, além disso, inclui a derivação e a flexão verbal e nominal, o sistema pronominal, e o sistema de números. Também foram analisadas frases compostas e complexas.

O estudo cultural inclui a rotina de trabalho, mitos e lendas além de rituais, os quais serão apresentados mais tarde neste trabalho.

A cultura indígena tem sofrido mudanças através do contato com os colonizadores brancos o que provavelmente iniciou logo após a chegada de Cristóvão Colombo ao Mar Caribe. A propósito, há palavra para "homem branco" em vários dialetos caribes e também para "magro", inclusive em macuxi. O grupo macuxi é mencionado (em Alvão, 1960) como aculturado na sociedade brasileira pelo menos há 100 anos.

-2-

Hoje em dia o macuxi se veste como o branco, cozinha seu alimento, usando seus próprios utensílios, ou panelas e outros utensílios domésticos de alumínio. Eles principalmente fervem sua comida, e já usam o sal; iniciam o fogo riscando um fósforo, usam sabão para lavar a si e aos seus utensílios. Têm lâmpadas à querosene e alguns tem rádios de pilha, toca-discos portáteis, filtros para água, fogão à gás e outras utilidades deste tipo.

Tradicionalmente eles utilizam um fogão de barro com uma chapa lisa e redonda com 3 aberturas ao redor para colocar a lenha dentro, segundo a direção do vento, de modo que o fogo não se apague pelo efeito do vento. A grande maioria ainda possui e faz uso desses fogões.

Eles ainda caçam e pescam sendo esta a sua ocupação primária e uma fonte de nutrição para todos. As mulheres, tradicionalmente ocupam-se das lavouras ou roças de mandioca, feijão, milho e outras plantas desse tipo. O pão é feito por elas, de mandioca, depois de bem ralada. A mandioca, depois de fermentada de modo especial é também a base de dois tipos de bebida: "cassiri" e "pajuar". O milho e o feijão são usados principalmente no inverno, com peixe e carne moqueados (defumados).

Suas malocas consistem de casas de quatro cantos, modernamente. Tradicionalmente, elas eram feitas circulares, com uma técnica especial. O material usado mais comumente é adobe (taipa) para as paredes, com cobertura de palha (buriti). Os macuxis vivem em vilas circulares em grupos de até 300 pessoas (aproximadamente 50 famílias). Suas canções e rituais tradicionais estão desaparecendo gradualmente. Suas histórias geralmente apresentam hábitos humanos personificados através de animais. Três histórias ilustram isto. [A Coruja e o Pato; O Morcego Vampiro; A Desgraça do Avô Jaguar].

2. Localização e Contato

2.1. Localização

O grupo vive entre 3 e 4 graus norte e 60 a 61 graus oeste. Seu território compõe-se principalmente de savana, o que quer dizer vegetação baixa e esparsa e palmeiras de buriti nas margens dos riachos. Os macuxi localizam-se na bacia do Rio Branco, especialmente seus afluentes Tacutu e Uraricuera. Ainda encontra-se caça, pesca e frutos em abundância nesta área. A área compreende 213.000 km² e aproximadamente 35.000 índios vivem aí. A área cultural é a Norte-Amazônica.

2.2. Contato com outros grupos

O contato com outros grupos foi mais intenso no passado, mas ainda ocorre. Além do grupo Caribe que se compõe de De_kuanas (Mayongongues), Ingarikó (Patamonas), Arekunas (Taulipangues ou Porocotós), Uai-Uai, Waimiris, Pauxianas (extinto), há outro numeroso grupo, o da família Yanomani, e a família Aruaque, da qual Wapixana é parte.

A família de línguas yanomani habita principalmente as áreas oeste e noroeste do Território Federal de Roraima, que consiste de floresta tropical.

Os Caribes ainda hoje trocam suas redes e canoas por flechas dos yanomani. Ao sul do Território encontramos os uai-uai (ótimos artesãos) e os atoaris-Waimiris, ambos afastados de seus locais de origem em razão dos interesses de grupos não indígenas. Os uai-uai foram forçados da Guayana (ex-Guiana Britânica) para o Brasil por ocasião da revolução naquele país e os waimiri-atoaris de seu "habitat" em virtude da construção da perimetral-norte. Os Aruaques encontram-se praticamente na mesma área dos Caribes, especialmente a leste, na região de savana do Território. É muito comum encontrar-se casamentos de Caribes com Aruaques. Os brancos, em tempos recentes, tornaram-se mais numerosos que os grupos indígenas e vivem principalmente em Boa Vista, a capital do Território e em Caracaraí e Normandia, cidades a sul e nordeste da capital, respectivamente.

-4-

As línguas macuxi e arekuna (taulipanque) são 85% mutuamente inteligíveis e macuxi e maiongongue são 60% mutuamente inteligíveis (Migliazza, 1967: 153-173).

Esses grupos Caribe trocam empréstimos com os yanomani. Os yanomani têm palavras Caribe para o léxico da mandioca e seu cultivo, canoa, tanga e instrumentos de ferro, além do culto religioso "Areruyá".

A família Aruaque tem 2 grupos no Território de Roraima: atoari e wapixana. Esses grupos mantêm laços de casamento e amizade com os Caribe, conforme já mencionado, de tal modo que os atoari são identificados com os waimiri e os wapixana com os macuxi. Em 1967 o grupo wapixana foi dado como composto de 1.200 indivíduos, geralmente bilingües (Migliazza, 1967: 169). Existem duas outras línguas próximas da extinção no Território: uma delas é máku (Tupi) com 3 falantes em 1967 e a outra é Awaké, uma língua possivelmente aruaque com 17 falantes no mesmo ano. Seu padrão preferido de casamento é com os grupos yanomani e seus filhos não mais falam awaké, mas a língua yanomani.

A maioria das línguas são do tipo SOV: máku, awaké, bem como macuxi. Atoari e wapixana são consideradas línguas SVO; enquanto para as outras línguas Caribe do Território, a informação é insuficiente para maiores conclusões.

2.3. Desagregamento Cultural como resultado do Contato

O contato entre os grupos indígenas, conquanto afastasse alguns grupos de seu local de origem e os tornasse bilingües e biculturais ainda mantinha o grupo em seu estilo de vida pré-colombiano. Isto é o que tem ocorrido com os awaké que foram primeiro afastados de seus locais de origem pelos Caribe e depois pelos yanomani. Porém não houve mudanças radicais em sua cultura devido à semelhança em seus estilos de vida.

Os indígenas costumavam ter celebrações e festivais na época da troca de artefatos entre os grupos, com danças, cantos e comidas típicas. Os yanomani, grupos ainda dedicados à caça com arco e flecha e ainda dados e encontrados menos amistosos com outros gru-

pos, trocavam seus excelentes arcos e flechas pelas excelentes redes de algodão (as deles são de buriti) dos macuxi; ambos os grupos sempre prezaram muito as melhores canoas da região que é feita pelos maiongongues.

Os brancos que aqui vieram primeiro (fim do século XVIII) trouxeram gado, que necessita enormes porções do território para sobreviver. Em tempos mais recentes, a construção de estradas e no momento a mineração de ouro, diamantes, estanho e bauxita em diferentes pontos do território atraem mais e mais pessoas alheias à cultura indígena do Território.

Alguns dos grupos indígenas tentam ajustar-se à nova situação. Alguns tornam-se criadores de gado. Alguns tentam estabelecer suas próprias minas, e alguns vendem canoas, farinha de mandioca e grãos para os colonizadores/mineradores/fazendeiros. Alguns indígenas simplesmente trabalham para os brancos nas fazendas e minas. Frequentemente eles são mal pagos, ou recebem roupas usadas e utensílios em troca, pelo seu trabalho. Embora não estejam bem habituados com a economia ou o sistema de pagamento do homem branco, isto não parece importante. De fato, se eles recebem dinheiro, há a tendência em usá-lo em quinquilharias, como óculos de sombra, pasta-executivo, rádios, relógios, bebidas e doces. As mulheres jovens muitas vezes se tornam prostitutas para os mineiros, e todo o grupo se torna portador de doenças previamente desconhecidas para o grupo.

É assim que os costumes antigos, e com eles a língua, são pouco a pouco deixados de lado. Portanto, a tendência, especialmente para os homens que deixam a tribo para procurar emprego é abandonar sua cultura. Desconhecendo os valores do homem branco, eles são deixados de mãos vazias. O resultado final é a desagregação cultural.

As mulheres tendem a permanecer na vila e ensinar sua língua aos filhos. Elas permanecem também monolíngües por mais tempo que os homens. Mas assim que as crianças iniciam sua escolarização, são forçadas pelo sistema vigente a aprender português desde o 1º minuto.

Modo de Vida

.1. Rotina típica de uma Mulher

Como a mulher permanece mais tempo em sua tribo e tende a ser lingüe, ela é a pessoa natural a recorrer-se para recolher informações sobre sua língua e sua cultura. Este é o resultado de a observação da atividade de vó D. de malocá Raposa, por aldeias. (de aproximadamente 70 anos).

.1.1. Na Roça

Antes de sair o sol, os familiares se reúnem para uma refeição. Esta consistia, na ocasião, de uma sopa e pão de beju feito farinha de mandioca. Então a mulher segue para sua roça de ioca; é um dia de muito sol, de verão. Lá, ela cuidadosamente a os troncos superiores dos vários pés de mandioca, depois os nca do solo ressequido, o que faz sua tarefa mais difícil. corta as raízes de mandioca e arranja as raízes em seu jamaxi, é uma cesta redonda e funda com uma tira de palha trançada com esp. relativo de 40 kgs, e que é levado dependurado às costas, a tira passando pela testa. Ela então arranja a rama em pé em vale funda para serem replantadas. A plantação de mandioca é onível o ano todo. Ela leva o seu volume amarrado com cipó e folhas de mandioca para segurar as raízes em seu lugar, por de 3 km, até alguma água corrente, para descascar as raízes. então deixa de molhc parte das raízes. Mais tarde, ela as le- ara casa para misturá-las com mandioca seca que ela já terá do.

.1.2. Preparo de comida e bebida

Parte das raízes secas de mandioca são cortadas em fatias fi- e raladas no ralo manual. Isto então é misturado com água e sformado em refresco, que é consumido 6 a 12 horas mais tarde, chamado caxiri, ou, em macuxi, prakri. É bebido cedo da manhã qualquer hora do dia, para "matar" a sede e também para nutrir em o bebe:

A bebida fermentada que também é obtida da mandioca é consu-

vida 3 a 4 dias depois do início de seu preparo e é chamada de "pajuaru". É usada em celebrações e grandes reuniões da maloca.

Após o retorno da roça cedo da tarde, D. rala a mandioca e a coloca com a porção já amolecida no tipiti de modo a escorrer seu líquido venenoso (tucupi) completamente.

Quando este processo termina, a farinha umedecida é misturada com água e levada ao forno para torrar. A farinha é continuamente mexida, enquanto torrando, com pás que se parecem com remos, chamadas "praké" em macuxi.

A farinha molhada de mandioca, também, é a matéria prima para fazer-se o pão de beju chamado "ikei". Este é feito no segundo dia e consiste em um disco fino de cerca de 30 cm de diâmetro. O pão é torrado em ambos os lados e posto no sol, em cima das cascas. No 3º dia de trabalho é que se faz pajuarú a bebida alcoólica.

A farinha restante é mantida úmida e é colocada no fogão em uma quantidade maior para fazer uma massa mais grossa e volumosa do que a do pão. Os dois lados são torrados e logo depois é removido do fogão. Os discos assados de farinha de mandioca, são logo colocados em uma peneira de tamanho médio chamada panakô.

Enquanto trabalha, a vovó canta e conta histórias. As canções, cantadas pelas mulheres no seu trabalho falam sobre o pão que elas fazem para esperar a caça que o irmão ou namorado irá trazer. As canções religiosas eram traduções dos cantos de igrejas cristãs, ensinadas pelos missionários; e danças antigas, como Iukui ("beijador"), cantada e dançada em celebrações inter-tribais.

3.1.3. As Canções

Algumas canções ilustram o que foi dito acima.

3.1.3.1. "Arerujá"

Esta é uma canção que além de pedir chuva, pede também a proteção para o grupo. É portanto, de cunho religioso. Todos os participantes (de todas as idades) unem suas mãos e as cerram em direção ao céu, enquanto cantam. Há alguns toques de cristianismo nesta canção espalhou-se entre vários outros grupos lingüísticos

-8-

como um culto religioso. É considerada hereje pelas missões operando no Território.

3.1.3.2. "Tukui"

Tukui é a palavra para beija-flor em macuxi. É uma dança para representar a amizade entre malocas e até tribos. A dança é executada quando os visitantes chegam, o que tradicionalmente ocorria mais ou menos na metade das estações (seca ou chuvosa). A tribo hospedeira serve comida e bebida especialmente preparadas para a ocasião e são trocados objetos de feitiço das tribos, ao estilo de uma feira.

No passado os homens tocavam flauta de osso ou bambu (taquara) e usavam máscaras representando um macaco, um jacaré ou um peixe. Suas roupas, segundo vovó D. constava de um cocar e saia de folhas de buriti. Seus cabelos, especialmente os das crianças, era decorado com penas do peito do pato, preso com resina das árvores. Seus tornozelos eram decorados com castanhas para fazer o som de guizo. Em suas mãos havia um bastão para marcar o compasso. Suas faces são decoradas com as cores do genipapo e urucu; com o óleo dessas sementes conseguem as cores vermelho e preto para fazerem círculos nas faces e riscas no braços.

Os homens, mulheres e crianças dançam e cantam do seguinte modo. Os homens gritam como macacos, porque o macaco anda com a sua companheira. A mulher, por sua vez aparece com seu marido nesta dança. As mulheres fazem um coro feminino. Depois as mulheres e os homens dançam em círculo ao som da música, cantando 3 ou 4 canções por 15 a 20 minutos, aproximadamente.

Há sempre um líder do grupo que lidera os cantos. Pode haver 2 mulheres e um homem juntos nesta dança. O homem oferece seu braço à mulher e eles dançam em círculos. Eles batem seus pés ao ritmo da música por cerca de 20 minutos, ou cerca de 5 vezes ao redor do círculo. Eles se movimentam para diante, depois em círculo, depois para trás, sempre ao compasso da música.

3.2. Cultura através da língua

3.2.1. Histórias

As histórias tendem a conter os ensinamentos dos antigos ao grupo (como por exemplo a Coruja e o Pato) ou são mitos que falam sobre o poder de certos animais da região (como os "Morcegos Vampiros" e a "Désgraça do Avô Jaguar").

3.2.1.1. A Coruja e o Pato

Esta história fala de uma mulher e seus dois genros. A coruja, pensava a sogra, era bom trabalhador e o pato era preguiçoso. Assim, a sogra alimentava o coruja com comidas gostosas e tratava-o muito bem, tais como mingau de goma e peixe. Para o pato só dava pão de beju e pimenta, antes dos dois saírem para o trabalho na roça. Ao final, o pato era um pajé e cortava as árvores com machado de ferro e fez uma enorme roça de mandioca, melancias, abóbora, milho, etc. O coruja só limpou um pedacinho de mato ao redor de uma árvore seca, onde ele passava o dia dormindo. Quando chegou o tempo da colheita a filha da velha sogra, esposa do pato, convidou sua mãe para visitarem a roça e colherem a produção. Depois que a velha tinha comido bastante melancia ela foi para a beirada da roça para atender suas necessidades fisiológicas. Neste momento, a filha que achou estranho a demora da mãe, começou a chamá-la. Mas a mãe só respondeu com o canto da juriti. O pato ciázân à tinha transformado em pomba e até hoje ela chama nas beiradas das roças.

Existem lições culturais a retirar-se desta história. A principal é sobre a estrutura familiar da sociedade macuxi. Nos tempos antigos os genros tinham que viver algum tempo com a família da esposa antes de escolher onde viver, e antes de ser aprovado como genro. Esta história nos mostra isso, e que os genros nem sempre eram bem tratados pela sogra. A história tem também uma explicação para o grito de lamento da pomba juriti nas beiradas das roças.

3.2.1.2. Os Morcegos Vampiros

Os morcegos vampiros, de fato, habitam as montanhas que fazem divisa com as Guianas (montanha Parima).

Certa vez uma vila inteira estava sendo dizimado pelos morcegos vampiros. Nada podia ser feito para que parassem. Mesmo os mais fortes guerreiros eram mortos pelos vampiros. Eram suficientes alguém estar sozinho no patio da maloca para o grande vampiro atacá-lo e carregá-lo para longe. Então o povo teve uma idéia—— levar uma mulher mais velha da maloca e amarrar um tição em brasa à perna dela e deixá-la no patio. Quando o morcego a pegasse para levá-la para sua caverna nas montanhas, os mais fortes guerreiros matariam o morcego. Avelha foi então posta no patio e deixada protestando. O morcego vampiro levou-a e os guerreiros seguiram a luz do tição queimando, e encontraram o morcego muitas montanhas além do lugar onde viviam. Eles então encontraram uma pilha de esqueletos humanos, alguns ainda em decomposição. Eles logo viram a caverna por onde entrou o morcego vampiro e o chamaram à porta. Mas ele tinha ido dormir depois de comer a velha. Os guerreiros então fizeram um grande fogo à porta da caverna e dois vampiros afinal apareceram—— um macho e sua companheira. Os guerreiros lançaram flechas contra eles, matando-os. Desde então nunca mais tiveram problemas. Quando o pajé (piazan) teve uma sessão espiritual de betção de folhas, à noite, o espírito da velha voltou e cantou uma canção se queixando e contando como o morcego a tinha levado e como a mulher dele o estava esperando à porta e ela tinha sido morta e comida.

Esta história nos mostra que existem vampiros nas montanhas e que as velhas são as primeiras a serem sacri ficadas no caso de uma emergência.

3.2.1.3. A Desgraça do Avô Jaguar

Nas montanhas próximas à Maloca Raposa há riachos onde os índios se banham, lavam roupas etc. durante a estação seca. Nas montanhas, com muitas pedras, uma sobressai-se por ser muito branca e parecer à distância com uma velha carregando seu "jamaxi" em seus ombros. Pois existe uma lenda sobre essa pedra que parece estátua.

Assim é a lenda. Havia uma velha que só tinha um filho, um bom guerreiro, e deixou a casa de sua mãe com seu avô, o Jaguar, e o estava ensinando a caçar. Eles tinham caçado muito e acamparam, e moquearam a caça. Quando estavam prontos para voltar, o avô Jaguar arranjou toda a caça em um jamaxi muito pequeno. Então o jaguar recomendou ao neto que não abrisse o jamaxi antes de chegar a sua casa. Se ele assim fizesse, toda a caça se espalharia e o (o jovem) morreria. A cesta, naturalmente, era "encantada". Logo antes de chegar a sua casa o jovem ficou curioso e abriu a cesta, contra o conselho do avô, que vivia na floresta. Ele só teve tempo de chegar em casa e abraçar sua mãe e então morreu. A mãe ainda hoje carrega o jamaxi do filho montanha acima. Ela é a estátua de pedra.

Esta história ensina os jovens a ouvirem os conselhos da floresta e dos mais experientes, senão pode recair desgraça sobre eles e os seus.

3. Mitos e Rituais

3.3.1. O pai dos peixes moró yún u-moró pootiri

No início da estação chuvosa (inverno) deve-se oferecer uma carga de milho (a anái-yekú) ao pai dos peixes para ter pesca abundante em toda a estação. O pajé, de acordo com outros membros da maloca escolhe um homem que deve estar em certas condições, tais sejam: a) por seis meses após o ritual este homem não deve alimentar dos peixes mais raros da região; b) à época do ritual a mulher deste homem não deve estar esperando filho; c) os membros

-12-

amília devem estar todos com boa saúde. As últimas duas as devem ser seguidas, senão o homem escolhido fica vul- a doenças graves, tumores, dores de cabeça e ultimamente

mulher jovem da família do homem escolhido prepara a be- milho. A fim de preparar a bebida, são necessárias espí- ilho doce e uma cuia. Tais espigas são descascadas e a- até virarem farinha que é então mascada e cozida pela jo- moça por sua vez, não pode estar menstruada, senão, sendo consumida por qualquer pessoa ^{isto} ficará sonolenta, com dores a e perderá o cabelo.

ão o milho mascado é colocado em uma cuia e em aproximada- dias estará fermentada em um tipo de bebida alcoólica. A ssim preparada é levada pelo pajé e pelo homem escolhido rio ou riacho próximo, e despejado aí para o pai dos pei-

o é feito no início da estação chuvosa, ou inverno, na fase ova ou quarto crescente.

ritual semelhante é seguido para o dono da caça "amauri". Único que tem o poder de permitir à caça que apareça a hora do dia ou da noite.

. Ritual de Passagem de Idade

s vezes por ano durante as estações de seca (verão) e chu- rno), há rituais para rapazes e moças na puberdade para os sobre os costumes do seu povo. Isto está aos poucos cendo, mas ainda é praticado em malocas distantes das ci-

.1. Rapazes

a os rapazes se tornarem homens fortes e bons caçadores e es eles devem passar por certos rituais que são dirigidos arente mais velho. Para ser bom pescador, um rapaz recebe cortes nas pernas e braços com espinho de arraia ou osso . Pode ser esfregada pimenta vermelha, ardida, nos cortes.

O Jovem pode também ter que colocar as duas mãos e os braços em ninhos de vespas (kámirakó) ou um ninho de formigas graúdas, pretas (trúú-amímá). Também pode ser colocada uma lacraia sobre o peito do principian-te, sendo liberado o inseto somente após ter picado o jovem.

Nesta época o jovem é ensinado orações e benzeduras, além de maldi-ções. Benzeduras para dores de cabeças, rezas em caminhadas para evitar os caus espíritus (canaimé). Rezas para engordar, para achar caça, para encontrar pesca boa e abundante. Maldições para causar mal aos inimigos. Entre as rezas para a cura ainda existem: para os rins (kuím), para o coração (yewán) para o corpo (yesá), para o estômago (rootá), intestinos (sísiskí) e os olhos (yemú).

Este ritual pode repetir-se até o casamento do jovem, quando ele é então considerado adulto e em posse integral da herança dos seus antepassa-dos.

3.2.2.2. Moças

Após a primeira menarca (ou período menstrual) ---eesem sá--- quando a jovem é colocada em uma rede bem alta na casa, ela é ensinada sobre os costumes do seu povo.

Ela aprende sobre o casamento (wémirina ou aniáyá), as relações se-xuais (èskú), o nascimento (eesémpó). Ela não pode andar no sol quente logo após sua 1ª menstruação.

Suas mãos e braço são colocados em um ninho de formigas e pequenas, ardedeiras, para que as bebidas que ela prepara para seu marido sejam doces.

Algumas das rezas que ela aprende nessa ocasião de sua mãe, incluem: para ter filhos; para evitar filhos; para ter bom parto; para vir/ parar a menstruação; para que seu filho ganhe peso. Coincidentes com o aprendiza-do dos homens são as maldições ou feitiços para os inimigos e as rezas para curar doenças e aflições.

Quando uma criança vai apanhar água e quebra a cuia, a mãe deve arra-nhar o pulso da criança com um pedaço da cuia.

3.3.3. A morte entre os macuxis.

Em outros tempos costuma haver urnas funerárias onde tanto o homem quanto a mulher eram enterrados em uma posição fetal. Os objetos pessoais do morto, tais como colares, cestas, arco e flechas eram enterrados com o morto. A casa era destruída e reconstruída em uma nova posição ou em um

estilo diferente. O nome do falecido não era dado a outra pessoa por vários anos.

Após a confirmação da morte, as crianças (até 7 ou 8 anos) da vila eram pintados pelos seus pais ou por somente um dos pais (pai ou mãe). A pintura tinha por objetivo evitar a paralisia ou afastar os maus espíritos. A tinta era preparada da semente de urucu (krá-yaapí) e eram desenhados círculos na testa. Também eram desenhados círculos nas faces e queixo, desta vez com tinta de semente de genipapo que fornece tinta verde oleosa, chamada yapiisi. Os círculos também eram desenhados na sola e peito do pé.

A família do falecido tinha que observar luto por aproximadamente 6 meses. Um homem não pode sair a pescar ou caçar por pelo menos 3 dias. E quando alguém da família sai, tem que fazer uma reza com aproximadamente a seguinte mensagem, para que o má o bicho do mal não o pegue: "A lua kapó, o sol wéi e as estrelas siriki e as árvores da floresta me ajudem a livrar-me dos espíritos do mal."

Esta reza é aprendida dos mais velhos nos rituais de passagens de idade (iniciação).

Hoje em dia o índio é enterrado em sua própria rede e o seu cemitério não é muito longe de sua maloca.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE ENSINO DO INTERIOR

EDUCAÇÃO INDÍGENA:

O Ministério de Educação, por ocasião do dia "D" DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO, que aconteceu em todo o Brasil, proporcionou também para o Território de Roraima, uma reflexão sobre o atual sistema educacional.

Dada as realidades distintas do Território, os trabalhos foram divididos em três etapas, do segmento urbano, rural e rural - indígena.

Na área indígena, foram ouvidas as lideranças de 59 malocas (Macuxi e Wapixana), grupos que estão em contato permanente com a sociedade envolvente, onde a escola se faz presente.

Nos debates se evidenciou que a Escola que temos está totalmente desvinculada da realidade. Que não atende as peculiaridades culturais. Não preserva a tradição, os costumes, valores culturais e sua língua materna. Que o material didático utilizado nas escolas apresenta-se alheio à realidade e as suas necessidades. Que a merenda escolar, não se coaduna com seus hábitos alimentares. Que a escola contribui para a desunião dos índios, desintegrando-os de suas comunidades, desvalorizando a sua cultura e fazendo-os sentir vergonha de ser índio.

Para que a escola indígena atenda as necessidades e realidade cultural foram apresentadas as seguintes propostas:

a) Reforma do currículo escolar, adaptando a cada grupo indígena;

- b) criação de um centro de formação de professores indígenas;
- c) aproveitamento dos professores índios já existentes;
- d) elaboração de materiais didáticos em Macuxí e Wapixana;
- e) implantação e implementação do ensino bilingue nas escolas das áreas indígenas.

Para se atender a essas reivindicações, há necessidade de ser feita uma reformulação da educação que vem sendo desenvolvida para o indígena. Tarefa tão importante e complexa que representa um verdadeiro desafio.

Com o propósito de reverter a situação atual, que como foi descrita, não corresponde às necessidades e aspirações dos grupos indígenas, está sendo criado o Núcleo de Educação Indígena na Divisão de Ensino de Interior.

Inicialmente o NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, tem os seguintes Objetivos:

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar aos grupos indígenas de Roraima, uma educação formal, baseada na realidade de cada grupo, respeitando suas peculiaridades culturais e procurando atender suas necessidades e aspirações.

ESPECÍFICOS:

- Valorizar, resgatar e revitalizar o patrimônio cultural dos povos indígenas;
- Incentivar estudos e pesquisas visando o conhecimento e a valorização das culturas indígenas;
- Divulgar resultados de estudos e pesquisas sobre as culturas indígenas;

- Adaptar o Currículo escolar à realidade de cada grupo indígena;

- Voltar a educação também para objetivos mais abrangentes como o desenvolvimento de programas nas áreas de produção agrícola; criação de animais de pequeno porte; horticultura, carpintaria, marcenaria, corte e costura e artesanato indígena, de acordo com o nível de aculturação e necessidades sentidas pelo grupo.

- Proporcionar aos grupos indígenas monolíngues interessados a alfabetização na língua materna;

Elaborar material didático específico com a participação dos professores que trabalham nas áreas indígenas.

Assim, diante da complexidade do trabalho a ser empreendido por esta Secretaria, considerando as características peculiares de cada comunidade indígena, torna-se necessário que o professor seja o agente cultural desse processo de mudança.

Para isso, os professores terão que obter conhecimentos elementares de técnica de pesquisa, de antropologia, linguística e devida orientação didática para ter participação ativa nesse processo, de adequar o currículo à realidade escolar. Uma vez que se faz necessário compreender a visão do mundo pelo índio.

As modificações nos currículos devem acontecer à medida que a Secretaria de Educação for dispondo de mais pessoal técnico habilitado para subsidiar os professores e também de dados sobre a realidade indígena das diferentes etnias.

89
Lista de Frequência de Professores no 1º Encontro de Educadores Indígenas

01. Alfredo Bernardo Pereira da Silva
02. Alfredo Rodrigues Gleidson
03. Aluim Henrique Raposo
04. Amilton André
05. Ana da Costa Cunha
06. Ana Amélia Almeida Silva
07. Antonia da Conceição Pereira Silva
08. Antonio Nogueira Batista
09. Avelino Antonio Raposo
10. Belízio Alves de Souza
11. Beltron Gonçalves de Amorim
12. Celino Alexandre Raposo
13. Civilda dos Santos Peres
14. Cleo Magalhães de Lima
15. Dalva Pereira de Oliveira
16. Denilzo Fideles
17. Dionízio Antonio Servino
18. Edmilson Lima Cavalcante
19. Elínia Maria de Souza
20. Elizabeth Figueiredo Brasche
21. Enilton André da Silva
22. Eunice Nogueira da Costa
23. Flávio Ambrósio
24. Fausto da Silva Mandulão
25. Francisco França Miguel
26. Garnete Batista de Souza
27. Genival Thomé Macuxi
28. Hélio Cadete
29. Hέλvia Maria Teixeira
30. Helena Fidelis Raposo
31. Idelvânia Rodrigues de Oliveira
32. Iêda da Silva Amorim
33. Inácio Brito

34. Jacir Paulino Fonteles
35. João Carlos Elias
36. José Newton de Castro
37. Joventina Manduca dos Ramos
38. José Castilho da Silva
39. Josileuda Cruz Cadete
40. José Malheiro
41. Jesus Floriano Peixoto
42. Joana Nascimento Pereira
43. Justina da Costa Damasceno
44. José Francisco Sarmento
45. Jaime Jerônimo Raposo
46. José da Silva Ferreira
47. Jaira Acquati
48. José França Miguel
49. Jorge Teixeira Braga
50. Lindalva Lima de Souza
51. Lindalva Nascimento Peixoto
52. Laiza Maria Nascimento da Silva
53. Luíz Rosa Lourenço
54. Lúcia Bento da Silva
55. Marly de Souza
56. Maria das Graças Pinho Moreira
57. Maria Dina Ribeiro dos Santos
58. Maridete da Silva Benício
59. Maria Alcinda Ribeiro da Silva
60. Maria da Silva João Seveles
61. Maria Avany da Silva Lima
62. Marlene da Silva Santiago
63. Maria de Lourdes Salustiano Castro
64. Marcelino Laurentino
65. Marina Pereira da Silva
66. Maria Lúcia Lima da Silva
67. Maria das Graças Corrêa Cardoso
68. Marinildes Barbosa dos Santos
69. Maria Amélia Souza de Moraes
70. Narciso Jerônimo Raposo

71. Nazálio Silveira da Silva
72. Natalina da Silva Messias
73. Nair Guerreiro Diniz
74. Nazareno Rodrigues Justino
75. Odineia João da Silva
76. Onezia da Silva Mafra
77. Odete da Silva Melo
78. Pedro Souza da Silva
79. Raimunda Miguel
80. Roraima Pereira
81. Sebastião Bento da Silva
82. Sebastiana Alves da Silva
83. Sebastiana Sarmento
84. Sebastião Cruz
85. Sebastiana Avelino da Silva
86. Sobral André
87. Sílvio José Reis da Silva
88. Tila Marcolino de Souza
89. Tácito Profiro da Cunha Filho
90. Úrsula Loiola Cantreira
91. Valci Marques
92. Valdecília Cruz Ambrósio
93. Vanilda Barreto da Silva
94. Zilma Andrade da Silva Peres
95. Zita Pereira Barnabé